

EVOLUÇÃO DAS MICROFINANÇAS NO BRASIL (2003/2006)

Henrique Cavaliere da Silva e Prof^a. Dr^a. Ana Rosa Ribeiro de Mendonça Sarti

[henrique.cavaliere@gmail.com; arrm2@uol.com.br]

INSTITUTO DE ECONOMIA - UNICAMP

SAE/UNICAMP

Palavras-chave: Crédito no Brasil – Microfinanças – Microcrédito



1. Introdução

O presente trabalho pretende estudar o microcrédito a partir do conceito adotado pelo documento conhecido como Cartilha do Microcrédito, elaborado pelo Conselho da Comunidade Solidária no ano de 2002. Segundo esse documento, o microcrédito pode ser definido como a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e formais sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. Trata-se, portanto, de um crédito destinado à produção, capital de giro e investimento, concedido com o uso de metodologia própria, voltada ao perfil e às necessidades de seu público alvo.

O segmento microfinanceiro ganha importância por ser considerado uma ferramenta central para o empreendimento de negócios geridos por populações de baixa renda, sendo componente de uma estratégia de desenvolvimento social e de combate à pobreza que democratiza o acesso aos serviços bancários.

2. Metodologia

Partindo-se do objetivo geral de compreender a evolução do segmento microfinanceiro no Brasil, a pesquisa se deu com base em uma revisão bibliográfica focada no marco regulatório das microfinanças no país, bem como em sua estrutura institucional. Além disso, foram coletados dados referentes ao segmento microfinanceiro, caracterizando sua evolução.

3. Resultados e Discussões

As experiências de microcrédito no Brasil iniciaram-se na década de 1970, basicamente por meio de uma rede de ONGs. A partir de 1999, a discussão do mercado das microfinanças passa a figurar na agenda política do governo federal, destacando-se a construção de um marco legal mais sólido. Nesse contexto, algumas medidas adotadas em âmbito federal, tais como as relacionadas no *Quadro 1*, contribuíram para regulamentar e incentivar o setor.

Quadro 1: PRINCIPAIS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL		
Ano	Instituição	Ação
1997	BNB	Programa Crediamigo
1999	BCB	Resoluções das SCMs
	Ministério da Justiça	Lei das OSCIPs
2001	BNDES	Criação do PDI
2003	CMN	Direcionamento de 2% dos depósitos à vista.
2005	PNMPO	PNMPO

Fonte: SILVA, 2007.

Apesar de não haver um levantamento completo das operações de microcrédito no país, apresenta-se a seguir um quadro que indica o número de clientes ativos e a carteira ativa de diferentes tipos de instituição, em dezembro de 2005, a partir do esforço realizado por Monzoni (2006).

Quadro 2: OFERTA DE MICROCRÉDITO NO BRASIL (dez. 2005)

Instituição	Nº Clientes ativos	Total (%)	Carteira ativa (R\$ milhões)	Total (%)
BNB	195.378	60,26	136,20	46,50
ONGs e OSCIPs	86.448	26,66	61	20,88
SCMs	34.152	10,53	84,34	28,80
Banco Real	8.236	2,54	11,19	3,82
TOTAL	324.214	100,00	292,93	100,00

Fonte: MONZONI, 2006.

A participação do BNB, por meio do programa Crediamigo, é de destaque, com, aproximadamente, 60% dos clientes ativos e cerca de 46% da carteira ativa dentre os tipos de instituições apresentadas acima

4. Conclusão

A partir do panorama traçado do histórico nas microfinanças no Brasil, pôde-se observar um maior envolvimento do governo federal a partir de 1999 no sentido de regulamentar e incentivar o setor. Além de ter sido aberta a possibilidade do setor privado com fins lucrativos atuar no segmento, a partir do novo modelo institucional desenhado em 1999 (as SCMs), houve uma flexibilização na forma de atuação das organizações sem fins lucrativos, que, por meio das OSCIPs, passaram a deixar de estar enquadradas na lei da usura.

Além disso, medidas adotadas em 2003 mostram uma maior preocupação em promover o processo de bancarização, bem como em incitar os bancos comerciais privados a participar e fomentar o segmento microfinanceiro, a partir da destinação dos 2% dos depósitos à vista para essa atividade. Além disso, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), lançado em 2005, revela a preocupação e o interesse em se expandir essa modalidade específica de crédito, ou seja, o crédito acompanhado de uma *orientação profissional*, direcionado a *atividades produtivas*.

Observando-se os dados coletados, depreende-se que as instituições privadas que visam o lucro (SCMs e bancos privados) ainda representam uma parcela pequena do mercado, evidenciando, por um lado, o fato de as SCMs serem instituições ainda recentes e frágeis, e, por outro lado, a falta de experiência e de interesse por parte dos bancos privados em atuar nesse setor.

Em contrapartida, os dados referentes ao programa Crediamigo, do BNB, são notáveis, revelando a viabilidade de um programa direcionado ao microcrédito, bem como a importância de um estudo mais aprofundado a respeito da metodologia e da forma de atuação desenvolvidas pelo BNB.

Por fim, diante do panorama exposto, é possível dizer que o segmento microfinanceiro, apesar de ser ainda recente e atender uma parcela relativamente pequena da população – havia 324.214 clientes ativos em dezembro de 2005 –, tem apresentado uma trajetória de crescimento.